

UM ESTUDO ABREVIADO ACERCA DAS REFORMAS EDUCACIONAIS DO BRASIL NO FINAL DA DÉCADA 1990 E DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM 2017.

Josivan Bonifácio Rocha de Almeida¹
Jailton Lopes da Silva²
João Batista Gomes Moreira³
Paulo Ricardo Dantas Martins⁴
Luiz Otavio Silva Santos⁵

INTRODUÇÃO

As reformas educacionais ocorridas na América Latina e caribe inclusive o Brasil, se deram a partir da necessidade do neoliberalismo de programar seus “métodos de reger a economia”. Introduzindo e ao mesmo tempo financiando uma educação mínima, capaz de fazer com que os países menos desenvolvidos dessa região pudessem fazer parte do mundo capitalista globalizado.

A partir dessa lógica, observa-se que nos anos de 1990, toda política educacional brasileira passa a ser orientada pelas proposições extraídas da Conferência Mundial de Educação para Todos, momento em que as agências de abrangência mundial como UNESCO, PNUD, BM, UNICEF, se colocam como regentes do sistema educacional nacional, formulando uma série de recomendações direcionadas aos gestores da política educacional, entre as quais evidencia-se a ênfase no papel da educação para enfrentar os desafios de uma nova ordem econômica mundial. (ARAÚJO, 2011, p. 5)

Apesar dos muitos avanços no que diz respeito aos índices de desenvolvimento da educação nessa região a partir das recomendações propostas, houve pontos que precisavam ser explanados. As orientações dos organismos internacionais propunham direcionar a educação básica preferencialmente ao poder público deixando primordialmente a educação superior a cargo do setor privado.

Os índices de desenvolvimento da educação básica foram melhorados a partir do segmento das orientações dessas reformas porém, a qualidade geral dessa educação disponibilizada fora testada e não atendeu aos resultados esperados. Muitos fatores foram relacionados a essa particularidade, as desigualdades sociais apresentadas pelos diversos países

¹Graduando do curso de licenciatura em ciências biológicas do instituto federal do Rio Grande do Norte - IFRN
Josivan_bonifacil@hotmail.com

²Graduando do curso de licenciatura em ciências biológicas do instituto federal do Rio Grande do Norte - IFRN
Jailtonlopesmonteiro1@gmail.com

³Graduando do curso de licenciatura em ciências biológicas do instituto federal do Rio Grande do Norte - IFRN
J.batista.ifrn@gmail.com

⁴ Graduando do curso de licenciatura em ciências biológicas do instituto federal do Rio Grande do Norte - IFRN
P.ricardo.martins2017@gmail.com

⁵professor orientador: mestre, instituto federal do Rio Grande do Norte – IFRN
Luiz.otavio@ifrn.edu.br

que desenvolveram essa reforma como também suas diferentes ramificações socioculturais explanaram que um modelo de educação homogêneo não poderia atender as necessidades de uma região cujos países detinham de uma grande diferença em diversos segmentos. Além disso, “a educação formal não é a força ideologicamente primária necessária que consolida o sistema do capital [...]” CABRAL NETO e RODRIGUEZ (2007, p. 43), citado por MESZÁROS (2005, p. 45). tão logo entendendo esse conceito torna-se inviável utilizar-se somente da educação como medida capaz de dar condições ao desenvolvimento pleno de uma nação.

Por fazer parte do contexto histórico e recente do desenvolvimento da educação, as reformas educacionais da década de 1990 financiadas e chanceladas pelos organismos internacionais corroboram com a ideia de refletir acerca dos aspectos positivos e negativos que foram criados a partir delas. nesse trabalho objetiva-se fazer uma análise aberta das reformas educacionais ocorridas no Brasil no século passado a partir de recomendações previamente estabelecidas por órgãos internacionais, estabelecendo um elo comparativo com a reforma do ensino médio ocorrida nesta última década abordando semelhanças no que comete a disponibilização de uma educação com enfoque na formação técnica profissional.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas na qual propõe-se estabelecer as relações no que comete as reformas educacionais ocorridas no Brasil trazendo um recorte histórico de como ocorreu a gênese dessas ações, como fundamentação teórica para o desenvolvimento da pesquisa fora usada a obra de (CABRAL NETO e RODRIGUEZ, 2007) que apresenta informações acerca dos documentos que embasaram essas reformas como também descrevem como ela deveria se estabelecer.

No transcorrer da pesquisa com o intuito de obter os resultados esperados utilizou-se como referência o trabalho de (ROCHA, 1998) para explicar uma visão macro das políticas voltadas para a educação que ocorreram na década de 1990, desta maneira a sequência metodológica de caráter documental e bibliográfico da pesquisa enfoca na obra de (CAMPOS NETO, LIMA e ROCHA, 2017) para tratar das implicações que as reformas poderiam trazer para a comunidade estudantil quanto a sua formação.

DESENVOLVIMENTO

O modelo educacional contemporâneo, utilizado na região no que diz respeito à estruturas e finalidades começou a ser desenvolvido ainda no século passado por volta de 1979 com a conferência regional de ministros da educação e ministros encarregados do planejamento econômico, dando indícios que as adversidades educacionais apresentadas estavam relacionadas aos graves problemas econômicos que os países menos desenvolvidos apresentaram dentre os 37 participantes (incluindo representantes da América Latina e Caribe) (CABRAL NETO, RODRIGUES, 2007 p.17)

De acordo com CABRAL NETO e RODRIGUEZ.

Nesse evento [...] foi elaborada a declaração do México, documento que qualificou os problemas identificados como graves carências educacionais. A situação em foco, segundo os argumentos construídos naquele momento da reunião, mantinha uma estreita relação com a extrema pobreza em que viviam amplos setores da população dos países da região. [...] Nesse documento, impôs-se aos estados membros a responsabilidade de assumir coletivamente os desafios enfrentados pela educação e se recomendou a UNESCO que tomasse a iniciativa de elaborar um projeto principal que

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

contemplasse as ações capazes de equacionar os problemas diagnosticados na região. (CABRAL NETO e RODRIGUEZ 2007, p. 17 e 18)

Por consequência da elaboração da declaração do México e as suas recomendações junto à organização das nações unidas para a educação, ciência e cultura Unesco, que surgiu o projeto principal de educação para América Latina e Caribe - PPE. Esse documento detinha três objetivos principais, no qual os países membros deveriam executá-los de forma prioritária eram eles.

Assegurar o acesso à escola, antes de 1999, a todas as crianças em idade escolar e oferecer-lhes uma educação mínima de 8 a 10 anos; acabar com o analfabetismo antes do final do século XX e ampliar a oferta educativa para jovens e adultos; melhorar a qualidade e a eficiência dos sistemas educativos. (CABRAL NETO e RODRIGUES, 2007, p. 19)

O projeto principal de educação demonstrava ser um digno auxiliador dos países menos desenvolvidos e emergentes para reverter o crítico quadro econômico onde os mesmos perpassavam, seguindo o entendimento de que para ser inserido no mercado do mundo globalizado e amenizar esse grave problema se via necessário que a população dessas regiões apresentasse condições mínimas de progressão educacional e humana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As reformas da educação ocorridas no Brasil ainda na década de 1990 destacou-se mediante três pontos principais, foram eles o fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério, o projeto da educação profissional para o nível médio, e o projeto das organizações sociais e a proposta de autonomia universitária para o ensino superior. ROCHA (1999, p. 1)

1º)Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério-FUDEDEFVM-: o projeto trazia uma redistribuição dos recursos destinados à educação objetivando várias finalidades dando destaque a descentralização da gerência educacional ROCHA (1999 p.9) O projeto ainda previa solucionar problemas relacionados aos desvios de verbas destinadas à educação e a disponibilização do ensino fundamental em todo território nacional inclusive nas regiões mais pobres e menos favorecidas uma vez que o mesmo de acordo com a constituição é obrigatório e gratuito em todo território nacional.“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” BRASIL (1988)

2º) O projeto da educação profissional: Esse projeto trazia consigo o modelo educacional que visava primordialmente à formação técnica e profissional ainda no ensino médio.

O curto decreto nº 2.208 baixado pelo ministério da educação e do desporto, em 17 de abril de 1997, transforma em norma legal o projeto da educação profissional para

o nível médio. Está nova política estabelece como objetivo deste nível de ensino, capacitar nos jovens “habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas”. (ROCHA, 1999 P.13)

Com esse decreto a educação profissional ficou dividida em três eixos principais foram eles a educação profissional de nível básico, a educação profissional de nível técnico e a educação profissional de nível tecnológico.

Cada um desses níveis atendia um modelo de formação profissional específico. O nível básico

Destinado à qualificação e requalificação genéricas dos trabalhadores, independentemente de escolaridade previa. Constitui-se em modalidade de educação não formal que aceita nos muros da escola as experiências prático-profissionais dos alunos adultos e jovens trabalhadores com saber socialmente constituído e, portanto, passível de ser reconhecidos pelas escolas.(ROCHA, 1999 p.13)

A educação profissional de nível técnico disponibilizava aos alunos do ensino médio ou 2º grau a condição de profissional com formação que dava as totais condições de atuar no setor primário, secundário e terciário da economia atendendo as necessidades que o país apresentava para poder se desenvolver ao mesmo tempo em que limitava a sua formação exclusivamente para o mercado de trabalho.

O terceiro eixo que abrangia as reformas educacionais de nível técnico voltava-se para a educação tecnológica onde, ao fim de sua formação, o antes estudante e agora profissional da área específica estar apto a exercer sua função no mercado de trabalho que coincida exclusivamente com sua formação profissional, assim como a educação profissional de nível médio limitava as ações dos estudantes que fossem seguir esse caminho deixado fora dos planos a alternativa de conseguir uma educação de nível superior.

[...] o objetivo implícito de desviar a demanda do ensino superior ao fortalecer o ensino médio profissional com diferentes níveis de qualificação, destinado às classes mais desfavorecidas da população e ao criar o nível tecnológico, que não é tão somente um 2º grau, mas também não tem o *status* de um bacharelado ou licenciamento.(ROCHA, 1999 p.14)

3º) O projeto das organizações sociais e a proposta da autonomia universitária: O entendimento do que estava por trás dessas reformas fica mais explícito com a assimilação do terceiro ponto das principais reformas educacionais ocorridas na década de 1990 onde a ideia exposta com entendimento relativamente complexo era tornar as 52 universidades federais em entidades públicas não-estatais.

O projeto piloto do governo de reforma do estado consiste em transformar fundações e autarquias, hoje integrantes do estado, em organizações sociais. Embora o projeto não seja restrito ao ensino superior, entre essas autarquias e fundações estão as cinquenta e duas universidades federais [...] as organizações sociais são conceituadas no projeto como entidades públicas não estatais, de interesse social e de utilidade pública, sendo por isso isentas de tributação. (ROCHA, 1999 p.14 e 15)

A co-gestão, exigência feita pelos organismos internacionais estabelece condições legais que possibilitam aos órgãos com interesses específicos em dar encaminhamentos as instituições de ensino superior do país, onde através disso torna-se viável mesmo que a longo prazo a ideia de privatizar a educação superior. .

Durante essa década houve a assinatura do texto que estabelece a reforma do ensino médio, que em termo de conteúdo deve seguir a base comum curricular, A Lei nº 13.415 de fevereiro de 2017. foi publicada sendo chamada como a reforma do ensino médio que reorganiza essa etapa da educação brasileira, prevendo flexibilização, o aumento de ofertas de ensino técnico e o aumento de escolas de período integral, o governo resgatou uma proposta do ano de 2013 e implementou em 2017. “A reforma do Ensino Médio teve início com a discussão do PL nº 6840 em 2013, resgatada em 2016 pelo governo Temer e aprovada em 2017 pelo Congresso Nacional e, automaticamente, homologado pela Presidência da República” (LIMA et al. 2017,p 2)

No novo modelo de ensino médio ocorreu uma mudança no currículo, às disciplinas seriam organizadas por áreas de conhecimento. “O PL 6840/13 e seu Substitutivo de 2014 apregoam que 13 disciplinas no currículo são excessivas e propõem que os currículos sejam organizados pelas quatro áreas do conhecimento” (Lima, Neto e Rocha, 2017 p. 3) Para fazer a mudança no currículo é necessário seguir a Base Nacional Comum Curricular BNCC, porem o documento foi publicado após a publicação da MP medida provisória, a MP logo após votação na câmara se tornou Lei nº 13.415/2017. Não foi apenas o currículo que foi alterado, mas também a carga horaria, pois, o texto propõe a criação de escolas em tempo integral, para que uma escola seja reorganizada para atender alunos em tempo integral é necessária uma reestruturação, ou seja, mais investimento. Porem à medida que congela os gastos públicos em vinte anos também foi aprovada.

A PEC 241 ou PEC 55 que congela as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos torna inviável a implementação da escola em tempo integral, pois aumenta a carga horaria de um aluno, aumenta as despesas como água e luz, uma vez que o aluno vai passar mais tempo na escola e com isso aumenta o investimento em educação. Esse ponto denota ainda mais o “equivoco” ocorrido ao congelar os gastos públicos com a educação já que o governo limita os gastos em educação e estabelece um modelo educacional no qual o aluno vai passar mais tempo na escola e em tese acarretaria o gasto de uma quantidade maior de dinheiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura dessas reformas é possível concernir à proposta educacional que ambas abordam onde evidencia-se a proposta de uma educação primordialmente de nível técnico profissional sob recomendação dos organismos internacionais com a justificativa de que essas ações se tornam relevantes para a inserção no mundo globalizado.

Partindo para os dias atuais as reformas impostas implicam numa problematização tendo em vista que o aumento de escolas em nível integral requer mais investimentos que poderiam ser destinados a outras esferas da educação atrelado a isso tem-se a premissa de uma educação meramente profissional deixando outros aspectos como a formação humana em segundo plano.

Palavras-chave: Reformas; Educação, Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Raffaele Andressa dos Santos. **O CENÁRIO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO SUPERIOR.** 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DE_EDUCACAO/O_CENARIO_DAS_REFORMAS_EDUCACIONAIS_E_SUAS_IMPLICACOES_PARA_O_ENSINO_SUPERIOR.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição federal:** da educação, da cultura e do desporto. 1. ed. atual. Brasília: [s. n.], 1995.

CABRAL NETO, antonio, RODRIGUEZ, Jorge. **REFORMAS EDUCACIONAIS NA AMERICA LATINA: CENARIOS PROPOSIÇÕES E RESULTADOS.** IN: CABRAL NETO, antonio, et al. **PONTOS E CONTRA PONTOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL: UMA LEITURA CONTEXTUALIZADA DE INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS.** Brasília: liber livro editora, 2007.

LIMA Edméia Maria de, CAMPOS NETO Edgar de, ROCHA Ana Carolina **BREVE REFLEXÃO ACERCA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE.** Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23840_12892.pdf> acesso em 20 de julho de 2018.

ROCHA, Maria Zelia Borba. **REFORMA DO ESTADO – REFORMAS EDUCACIONAIS: UMA PERSPECTIVA MACRO DAS POLITICAS PUBLICAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.** Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt02-16/5046-mzrocha-reforma-do-estado/file>> acesso em: 19 de julho de 2018.

_____. *Lei do Novo Ensino Médio.* Lei número 13.145, 16 de fevereiro de 2017.